

Fracassados os modelos socialistas, as ditaduras e o apartheid em África

Só através da liberdade política e económica se poderão revitalizar as forças produtivas para que as sociedades africanas progridam

— defende Andreas Thomasausen, professor de Direito Comparado e Internacional na UNISA e assessor do presidente da Renamo

Andreas Thomasausen nasceu na Alemanha em 1951. Volvidos dois anos, os seus pais ver-se-iam obrigados a abandonar a Alemanha rumo a Portugal, face à crise germânica do pós-guerra. Estudou em Portugal tendo concluído os estudos liceais nos currículos de português e alemão. Os seus sentimentos patrióticos eram bastante fervorosos na altura — quis alistar-se no Exército português — facto este que levaria o seu pai a enviá-lo em 1970 para a Alemanha, a fim de ali prosseguir os seus estudos. Thomasausen descreve este regresso à Alemanha com melancolia. Coursou Direito e Ciências Políticas e em 1973 era já professor assistente na Universidade de Cambridge, onde leccionava a cadeira de Direito de Delito. Na Inglaterra viria a conhecer a sua esposa, pessoa influente na conclusão dos seus estudos, concluídos na Alemanha em 1975 após um brilhante exame — um dos melhores de sempre. Consegue uma bolsa de estudos em 1976/77 e regressa a Portugal, trabalhando numa tese de Doutoramento, intitulada «Constituição e Realidade Constitucional em Portugal», que seria publicada em 1979 em língua alemã. Lecciona posteriormente na Universidade de Kirk, no norte da Alemanha, na área de pesquisa de Direito Comparado Internacional Público e Privado e, em 1981, é convidado para uma conferência sobre as «Interrelações na África Austral», que se realizou na Unisa, África do Sul. Viria a fascinar-se com o País em si e com as suas gentes, mas apaixonar-se-ia, sobretudo, com o processo absolutamente histórico que se começava já a desenhar na época em relação à região austral do Continente Africano. Em 1982 aceita o convite que lhe foi endereçado pela Universidade da África do Sul para dirigir o Departamento de Direito Comparado e Internacional da Unisa e, em 1984, ganharia o concurso para o lugar de professor, actividade que mantém até à data. Foi consultor da Renamo no Acordo de Paz assinado em Roma com o Governo de Moçambique.

ENVOLVIMENTO INGLÊS EM MOÇAMBIQUE: TROPAS BRITÂNICAS PERDEM SOLDADOS E PILOTOS

SJ — A que se deve a sua relação com a Renamo?

A.T. — Acasos da vida. Lembro-me que quando tinha 12 ou 13 anos fazia parte de um grupo de Escuteiros de Lisboa cujo chefe era um jovem moçambicano que estudava Direito na Faculdade de Lisboa e que viria a ser uma personalidade importante no seio da Renamo, quando em 1981 assumiu o cargo de secretário-geral do Movimento. Falo-lhe de Evo Fernandes.

No nosso tempo de juventude não se falava em descolonização e muito menos da Renamo. Só muito mais tarde, em 1981, na Alemanha, sou contactado pessoalmente por Evo Fernandes, que me conta a história da luta contra o socialismo e contra, poderemos até dizer, a recolonização de Moçambique pelas forças soviéticas e seus substitutos na região. A ideia fascinou-me e ajudei Evo Fernandes na tradução de certos documentos da Renamo. Aconselhei-o a proceder a contactos na Alemanha e na Europa, tendo-o apresentado inclusivamente a certas entidades.

A partir dali, comecei a acompanhar e apoiar aquele «animal político», aquela proposta quase impossível que era na altura a Renamo. Encontrávamo-nos com muita regularidade na Europa e, quando vim viver para a África do Sul, os encontros começaram a realizar-se com mais frequência, porque naquela altura a liderança da Renamo vinha frequentemente a este País. Foi aqui, na África do Sul, que viria a travar conhecimento e contacto com os restantes líderes do Movimento, inclusive com o presidente Dlakhama.

Bem, a partir de 1984, o entendimento entre o Governo da Frelimo e o Governo sul-africano viria a implicar uma profunda mudança na política externa de Pretória, que consistia agora em estabilizar os governos dos países vizinhos — principalmente os governos não democráticos — para dessa forma obter apoio internacional, garantindo assim a permanência do governo do apartheid no poder. A vida da Renamo ficava, agora, mais complicada. Já não havia tantas facilidades nas entradas e saídas da Renamo no território sul-africano.

Os contactos esses, no entanto, mantiveram-se mas de forma clandestina e, por vezes, muito difíceis. A Renamo viveu um período muito difícil, tendo havido mesmo um isolamento

num problema regional e muito embaraçoso para os ingleses, devido ao envolvimento intenso do Zimbabué e das forças inglesas através do Zimbabué no domínio logístico e no treino das forças zimbabwianas. Os ingleses já haviam perdido pilotos e soldados em Moçambique e o Parlamento inglês começara a questionar-se sobre a validade de tais comportamentos.

Perante a conjuntura daquela época na África Austral e até mesmo ao nível mundial só havia um país que apresentava condições vantajosas para os intervenientes no processo que era o Quênia. O presidente Moi acei-

Entrevista de JOÃO MENELAU PARASKEVA

Licenciado em Humanidades
pela Universidade Católica Portuguesa

tou a sempre difícil tarefa de mediar e, assim, aparece no Quênia a primeira delegação de bispos de Moçambique, que se reúne com a delegação da Renamo, encontro esse ao qual estive presente.

DA APROXIMAÇÃO DOS BISPOS ÀS CONVERSÇÕES DE ROMA

SJ — Que temas foram abordados nessa reunião e quais as diferenças registadas?

A.T. — Naquela altura, os bispos apresentaram os famosos 12 pontos, aos quais a Renamo contrapôs os igualmente famosos 14 pontos.

O Governo oferecia, essencialmente, um cessar-fogo imediato e uma amnistia em certas condições, enquanto a Renamo exigia, lo-

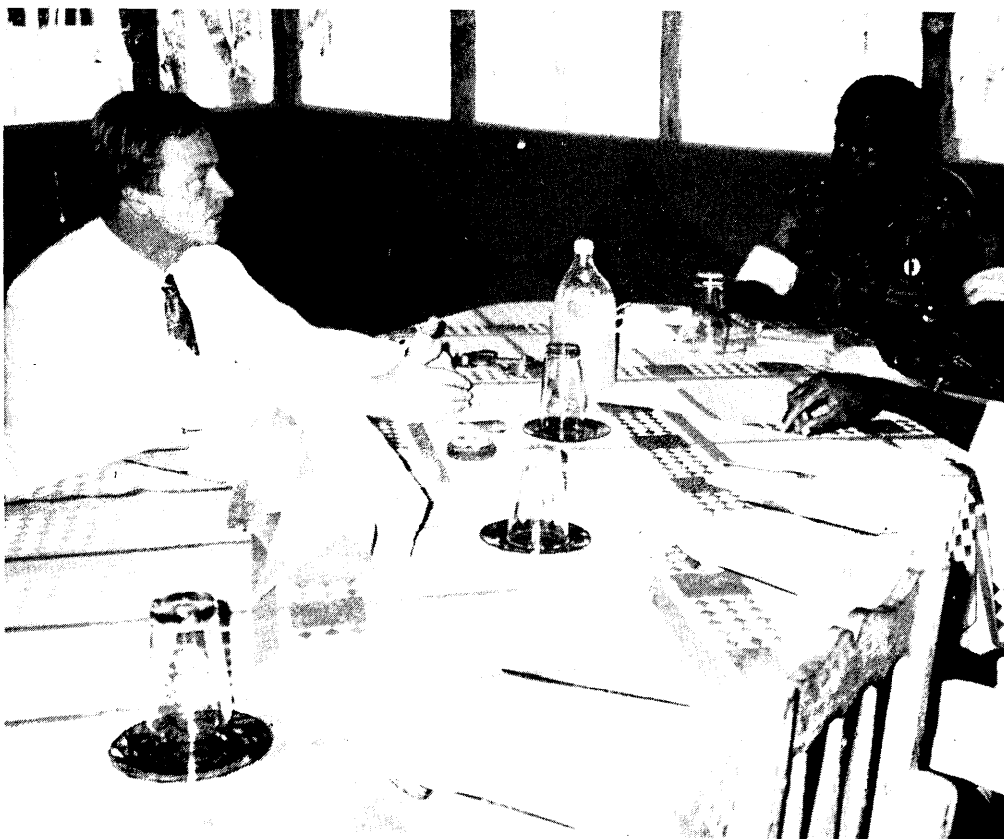
go como primeiro ponto, a retirada imediata das forças estrangeiras de Moçambique, que naquela altura totalizavam já 40.000 homens, o que era já, de facto, uma ocupação. Deveriam também, segundo a Renamo, cessar os bombardeamentos das populações civis pela Força Aérea zimbabwiana.

Uma vez concluído isto em acordo, então dever-se-iam discutir, e possivelmente resolver, as razões do conflito Frelimo-Renamo, as quais, segundo a Renamo, residiam na falta de democracia e de legitimidade do Governo da Frelimo e da sua política repressiva. Claro que estas posições estavam muito afastadas uma da outra e foi muito difícil, depois dos resultados deste encontro, supor-se que seria possível chegar-se a uma fase de verdadeiras negociações. No entanto, os bispos viriam a conseguir o apoio da Igreja Católica e, por intermédio desta instituição, recorre-se ao auxílio de uma associação de católicos laicos, a Associação de Santo Egidio, para que assumisse a difícil tarefa de mediadora nas futuras conversações, a terem lugar em Roma em 1990.

Demoraria ano e meio para se formular um primeiro protocolo de entendimento sobre princípios básicos e demorariam ainda mais 13 meses para se conseguir completar o Acordo de Paz que daria, posteriormente, início ao processo de cessar-fogo, desmobilização e democratização do País, acto este que se encontra a decorrer actualmente.

RENAMO FORMADA POR OFICIAIS DISSIDENTES DA FRELIMO

SJ — Que papel desempenhou no Acordo de Paz?
(cont. na pag. seguinte)



O PROF. DR. ANDREAS THOMASAUSEN COM O PRESIDENTE DA RENAMO, AFONSO DLAKHAMA, EM MASSALA, PROVINCIA DE SOFALA, EM SETEMBRO DE 1992

Professor da UNISA defende criação

(cont. da pag. anterior)

do Geral de Paz?

A.T. — O meu papel foi sempre rigorosamente o mesmo. Conselheiro e amigo pessoal do presidente Dhlakama e de muitos outros líderes da Renamo.

SJ — Como lhe surge o presidente Dhlakama?

A.T. — Em 1983, encontro pela primeira vez o presidente Dhlakama aqui na África do Sul. Depois de ter trabalhado bastante tempo com Evo Fernandes, então secretário-geral da Renamo, o presidente Dhlakama manifestou o desejo de me conhecer pessoalmente e um dia, na minha residência, deu-se o encontro entre ambos. Foi um encontro cordial em que se falou de muita coisa, trocaram-se muitas opiniões, formularam-se ideias e, a partir daí com os frequentes contactos mantidos, prevaleceu um respeito mútuo profundo e cresceu e fortaleceu-se uma amizade entre ambos.

Estou ciente, como sempre estive, de que um trabalho para um movimento como a Renamo é difícil, não acarretando lucros ou vantagens pessoais. A Renamo sempre teve e aceitou a minha posição de amigo e conselheiro sincero, mantendo sempre a minha distância intelectual e até por vezes crítica para com o Movimento.

SJ — Quem foi o fundador do Movimento da Renamo?

A.T. — Bem, o presidente Dhlakama faz parte do famoso grupo de soldados da Frelimo que em 1977 veio a afastar-se e acabaria por formar o movimento de resistência Renamo. Contudo, Afonso Dhlakama não foi o primeiro líder do Movimento. O primeiro comandante-em-chefe das Forças da Renamo foi André Matsangaisa, que viria a perecer em combate em Outubro de 1979. Depois desta perda, então a Presidência da Renamo viria a ser assumida por Afonso Dhlakama.

RENAMO PARA SOBREVIVER PASSOU POR REFÉM DA RODÉSIA E DA ÁFRICA DO SUL

SJ — Depois disto, que percursos?

A.T. — A Renamo tem, como todos os movimentos da sua estirpe, uma história muito difícil e tudo começa com a manifestação de descontentamento de um grupo de oficiais da Frelimo que em 1976 se insurgiria contra as linhas delimitadas pela política do Partido e do Governo. Aqueles que conseguiram escapar aos campos de concentração e da morte pensaram, de imediato, em organizar uma forma de resistência mais dimensionada.

Como o grupo era pequeno e sem meio, recorreu, numa primeira fase, ao auxílio do exterior. Como tal não foi conseguido, quer do ponto de vista de Portugal, propriamente dito, quer por parte da comunidade de portugueses oriundos de Moçambique e radicada na África do Sul, o grupo teve então que aliar-se ao Governo da então Rodésia, podendo apenas funcionar na base de servir também os interesses de a Rodésia possuía naquela altura. Foi assim que começou a vida da Renamo, isto é, na base de compromissos ingratos e muito difíceis.

Em 1989, a Rodésia torna-se independente e de novo a Renamo vê-se obrigada a procurar apoios noutras situações e encontrou-os na África do Sul. De novo viveria a Renamo momentos de amargura, porquanto os homens que aceitaram trabalhar conjuntamente com a Renamo fizeram-no com muito pouca gentileza e às vezes com aquela dureza típica dos boers da época, com os seus sentimentos de superioridade rática, fazendo sentir isso aos «pretos» da Renamo, que só serviam para praticarem actos de sabotagem, mas não eram pagos e em muitos casos eram maltratados e mantidos como prisioneiros. Enquanto isso, os sul-africanos procuravam os portugueses normalmente ligados...

SJ — Caso de Orlando Cristina...

A.T. — Exacto, para com isso começarem a criar uma imagem política com o objectivo único de manipularem a vontade política da Renamo. A Renamo vive, então, um período de muitos conflitos internos, visto existirem, por um lado, elementos que pura e simplesmente haviam sido impostos ao Movimento, com ideias próprias por vezes com opções radicais de direita, e por outro lado, digamos que a verdadeira base da Renamo, a facção moçambicano-africano-nacionalista.

SJ — Africano negra?

A.T. — Negra, negra, africana negra. Esse elemento até aos anos 84/85 foi sempre suprimido. Daí que tenham existido até essa data alas no seio da Renamo. Havia a Renamo visível que pugnava pela palavra escrita bastante dominada pelo elemento português e, por outro lado, a Renamo combatente, operacional, que era africana negra com ideias que, muito

embora nalguns casos não fossem articuladas, eram no entanto muito diferentes das ideias publicamente conhecidas.

ACORDO MACHEL-DLAKHAMA TERIA SIDO POSSÍVEL

SJ — Acharia possível um acordo entre o falecido presidente Machel e o presidente Dhlakama?

A.T. — Acho que sim. Precisamente na altura em que o presidente Machel faleceu — e até há quem diga que faleceu precisamente por isso mesmo — ele próprio já havia chegado à conclusão que seria impossível uma solução militar para a resolução do conflito e que era urgente um entendimento entre os moçambicanos para se diluir o conflito.

SJ — Mas não seria isso uma derrota?

A.T. — Talvez não. Naquela altura, se calhar, até seria uma vitória caso Machel conseguisse a reconciliação sem intervenção estrangeira.

SJ — A Renamo tentou alguma vez a reconciliação?

A.T. — Houve sempre contactos muito discretos, esporádicos. O próprio presidente Dhlakama teve e tem um irmão que é oficial no Exército da Frelimo. Houve várias aproximações nesse sentido, só que na altura não estavam ainda reunidas as condições necessárias. Infelizmente, quando se encontravam criadas todas as condições (depois do Acordo de Incomati, em que se dá o afastamento da África do Sul do seio da Renamo), ocorre o acidente em que viria a perecer o presidente Machel.

SJ — E juntamente com ele morreram também muitos moderados da Frelimo...

A.T. — Exactamente. Aparece-nos depois o presidente Chissano, dito moderado, que resolveu fazer uma coisa que o falecido presidente Machel nunca o fez e se calhar nunca o teria feito, que foi chamar forças estrangeiras para Moçambique, acto este que levou, inevitavelmente, à agudização do conflito, decidindo ainda implementar uma política contra a oposição ao seu governo, clássica dos poderes coloniais, que foram os bombardeamentos aéreos.

REFUGIADOS SURGEM DEPOIS DOS BOMBARDEAMENTOS DE NAPALM

SJ — Napalm?

A.T. — Bem, naquela altura, a Renamo não teve possibilidade, por falta de meios, de recolher provas, fazendo filmagens, fotografando. A Renamo retém apenas que os bombardeamentos feitos a uma aldeia resultavam sempre na destruição total da aldeia em si, em que a aldeia e a vegetação que a rodeava entravam em fogo violento, o que é claramente um indicio de bombardeamento de napalm. Isso provocou o grande dilema que são hoje os refugiados. Até 1986 não existiam muitos refugiados. A grande vaga ocorre a partir da Presidência Chissano devido aos bombardeamentos aéreos.

SJ — Na sua opinião a subida de Chissano à Presidência viria a complicar um pouco o desenlace do conflito?

A.T. — A liderança da Frelimo decidiu, na altura, resolver o problema do País com a máxima força militar possível. Quanto a mim, foi um erro de estratégia enorme, foi um erro de raciocínio mas, pronto, tentou-se essa via. Se calhar outros, perante uma situação idêntica, teriam feito o mesmo. Tentaram realmente resolver o conflito. Contudo, optaram por uma estratégia maligna que viria a causar uma tragédia humana terrível, destruindo o País.

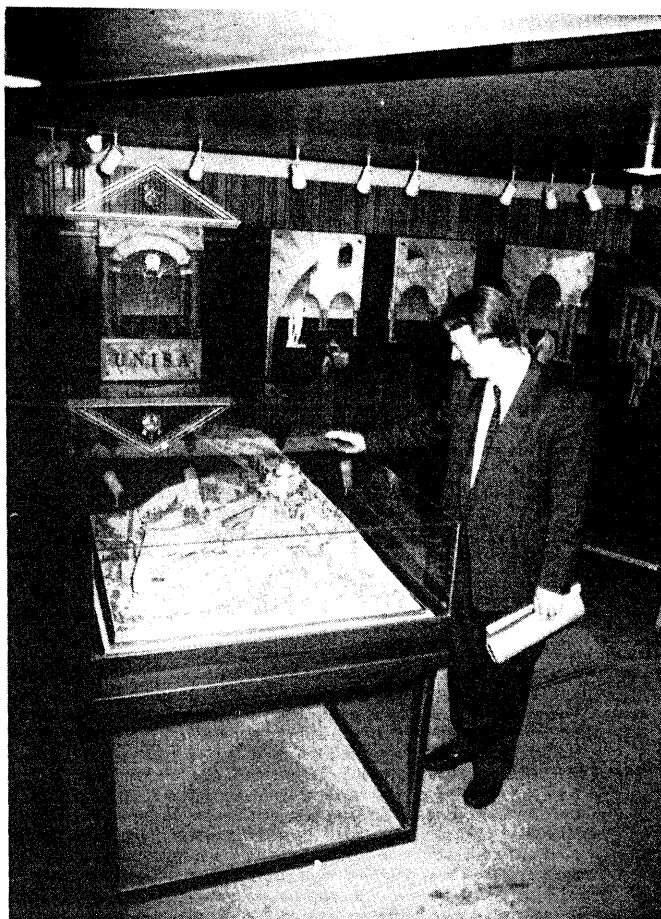
PREVISTO GOLPE MILITAR SE AS NEGOCIAÇÕES FRACASSASSEM

SJ — Este acordo bipartidário Frelimo-Renamo não é uma arripio à verdade histórica? Afinal a Frelimo sempre teve oposição, que não se traduziu apenas na Renamo. No entanto, em Roma, sentar-se-iam apenas delegações destes dois partidos.

A.T. — Bem, de certa forma repetiu-se o que já havia sucedido em 1974, quando o Governo português resolveu negociar apenas com a Frelimo, já que era de facto o único poder capaz de...

SJ — No entanto, o presente demonstra-nos que foi uma estratégia infeliz...

A.T. — Sim, só que, pragmaticamente, quem quer resolver conflitos terá que dialogar primeiramente com as partes directamente envolvidas nesse conflito. As restantes formas de oposição, parte delas no exílio, não possuem condições para influenciar o que quer que fosse em Moçambique. Aliás, a dita oposição ape-



«A VITALIDADE DE UM SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO DE ECONOMIA LIVRE MAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEL ESTÁ SEMPRE DÉBIL NUM PAÍS POBRE» — Prof. Andreas Thomasausen junto da maqueta do imponente complexo da Universidade da África do Sul, em Pretória

(Fotos de Joaquim Vicente Dias)

lidada agora de Oposição Não-Armada aceitou e diz mesmo que foi a Renamo que criou as condições para que pudesse haver um trabalho político de oposição em Moçambique, daí o seu estatuto especial legítimo no Acordo Geral de Paz. No entanto, penso que a Renamo nunca lutou para ter o poder, nunca lutou para se substituir à Frelimo. Se fosse esse o caso, a Renamo poderia ter tomado a capital de assalto desde há muito tempo.

SJ — E teria sido isso possível?

A.T. — Sim, sim.

SJ — Militarmente possível?

A.T. — Sim, militarmente possível. Não haja dúvidas. Existiam já planos muito bem delineados para que, caso as negociações redundassem num fracasso, ocorresse um golpe militar. Isto é, tomar-se-ia o poder pela força.

RESISTÊNCIA APOIA-SE NAS ZONAS DESPRIVILEGIADAS

SJ — A popularidade do presidente Dhlakama e da Renamo localiza-se mais na zona centro do País. Porquê?

A.T. — Penso que um grande factor que contribuiu para isso foi o factor histórico... Já o poder colonial não via grandes vantagens em desenvolver o centro e o norte do País. Daí a então guerra da Frelimo se ter apoiado muito no centro e norte do País.

Quando a Frelimo chegou ao poder deu também prioridade ao sul e zona costeira e aí pulularam algumas marcas de desenvolvimento. O centro e o norte foram mais uma vez esquecidos e abandonados, daí mesmo excluídos de possibilidades de desenvolvimento, nomeadamente nas áreas do ensino e consequente avanço cultural.

Daí que a nova resistência viesse, mais uma vez, a apoiar-se nessas zonas. No entanto, é também pertinente que alguns dos fundadores da Renamo são originários dessa zona, especialmente das províncias de Manica e Sofala e, claro, nos inícios da sua formação a maior parte dos seus elementos ser também oriunda dessas zonas. Só que hoje a realidade é outra e todos os povos de Moçambique estão representados na Renamo, inclusive na sua liderança. Hoje a Renamo não pode ser vista, de modo algum, como um par-

tido ndau, sena, macua ou maconde. É um partido nacional.

FIM DA GUERRA: CANSAÇO INTERNO ALIADO AO FACTOR DE CONFLITO COMPLICADO PARA OS VIZINHOS

SJ — O Acordo celebrado em Roma por ambas as partes visa apenas a defesa de interesses nacionais, ou de interesses estrangeiros e nacionais? Fala-se muito dos interesses da Lanhora, que afinal sempre estiveram protegidos pelas posições assumidas pela Renamo.

A.T. — Ora bem, o Acordo não teria sido possível se não surgissem potências importantes que decidiram o seu profundo interesse na paz em Moçambique, facto este profundamente natural. A Grã-Bretanha, especialmente, já estava saturada do conflito em Moçambique, o mesmo acontecendo com a própria O.U.A. Era um conflito já muito embaraçoso, muito complicado e que começava a causar problemas aos Estados vizinhos, Zimbábue, Tanzânia e Maláui.

Moçambique é um país-chave nos acessos e, devido à guerra, os países vizinhos viam as suas metas de desenvolvimento estagnadas.

Além desta componente internacional, os diversos actores nacionais fartavam-se já da contenda. O próprio presidente Dhlakama afirmou uma vez, numa reunião com os seus homens e à qual estive presente, que não havia outra alternativa que não fosse o caminho para as negociações, dado o estado económico do País, combinado com a grande seca de 1991. A não conseguir-se a paz, o País assumiria rapidamente as características duma Somália.

ESTADOS UNIDOS APOIAM EXTERMINIO DA RENAMO ATRAVÉS DE OPERAÇÕES MILITARES

SJ — O seu percurso faz lembrar um pouco Che Guevara à maneira intelectual.

A.T. — Bom, talvez não seja tanto de esquerda.

(cont. na pag. seguinte)

de uma social-democracia africana

(cont. da pag. anterior)

SJ — Referimo-nos apenas à imagem internacional...

A.T. — Não. Olhe, não cheguei a esse nível. Limitei-me a desempenhar um papel muito modesto, às vezes, somente de puro tradutor, de transmissor de ideias e de sentimentos. Recordo-me perfeitamente que, no começo do período das negociações, as pessoas surpreendiam-se quando eu tentava explicar que o mais importante seria oferecer à Renamo o que eles mais necessitavam, o que eles mais precisavam, que era apenas a dignidade humana. Enfim, o reconhecimento de que, muito embora guerrilheiros e acusados de atrocidades, acusados por muitos como os kmeres de África, no fundo eram seres humanos e como tal, para se poder negociar, havia a necessidade de se manifestar, até no protocolo, o respeito mínimo que se deve ter por uma mera questão de princípios cívicos e humanos para com um outro homem.

Foi muito difícil convencer muitos dos interventores no processo desta premissa fundamental. Na altura estávamos em 1988/89 e prevalecia a ideia muito apoiada pelos Estados Unidos da América de que a Renamo era um animal selvagem e, portanto, perigoso para a estabilidade regional e que, perante tais factos, deveria ser literalmente exterminada através de operações militares. Felizmente que tal não sucedeu, até porque seria pragmaticamente impossível o aniquilamento físico e completo da Renamo, uma vez que tal barbaridade daria aso ao aparecimento de muitas outras forças de oposição, eventualmente até lideradas por indivíduos extremistas e sem a lucidez e a moderação exemplares de Afonso Dlakham. Apareceriam, então, várias Renamos com líderes, se calhar, duvidosos.

SJ — O presidente Dlakham tem assumido um papel moderado quando sistematicamente repete que «acabou a guerra em Moçambique».

A.T. — Sim, a Renamo decidiu que a guerra terminou e diariamente reforça essa sua posição, argumentando que essa decisão deve ser mantida a todo o custo.

DIRIGENTES DA FRELIMO E DA RENAMO DESCOBREM NOVOS MUNDOS E TRABALHAM CONJUNTAMENTE

SJ — E se as eleições não forem justas? Acredita que haverá lusura de processos?

A.T. — O presidente Dlakham afirmou um dia que foi muito mais fácil fazer a guerra do que estava a ser fazer a paz.

O processo de paz é muito complexo, extremamente complicado, tenebroso, difícil até, porque existem muitos pontos do Acordo que não estão a ser cabalmente cumpridos. Por exemplo, o Acordo garante a liberdade dos «media», garante o direito da Rádio, da Televisão, enfim dos «media» privados, só que o poder da Frelimo apenas se limitou a conceder uma ou duas licenças para os «media» privados a destacados elementos do partido Frelimo. Destaco aqui um atraso — já lá vão treze meses — do deferimento de um pedido submetido pela Renamo para uma Rádio privada, que oferecia ao partido o acesso às mais vastas zonas do País e também serviria os restantes sectores da oposição. Como vê, há pontos do Acordo Geral de Paz que continuam, teimosamente, a não ser cumpridos o que, sem dúvida, está a dificultar o processo de democratização do País. Já o acantonamento e processo de desmobilização tem decorrido da melhor maneira.

Repare que, hoje, os próprios jornalistas em Moçambique se revoltam contra esta situação horrível que é o domínio do Estado na imprensa oral e escrita. Claro que vai ter que se recorrer a um entendimento entre os dois partidos para que esta pecha seja colmatada.

SJ — Não acha que estes entendimentos estão a depender muito de duas pessoas, concretamente do presidente Chissano e do presidente Dlakham? E a Frelimo possui ainda nas suas fileiras muitos radicais com peso no chamado Bureau Político.

A.T. — Dependem muitíssimo desses dois homens. Contudo, nos últimos 14 meses têm-se desenvolvido muitos contactos profissionais entre os líderes de ambos os partidos e as pessoas vão-se conhecendo melhor, trocando ideias, descobrindo novos mundos, trabalhando conjuntamente nas várias comissões. Portanto, penso que não depende apenas destes dois homens que, no entanto, jogam, sem dúvida, um papel pertinente e vital.

Espero que tanto um como outro consigam oferecer uma garantia de sobrevivência mútua depois das eleições para que o grande medo do desaparecimento de um partido se dilua completamente. Ainda não se sabe como se poderá encontrar essa solução. Mas a

democracia depende também do multipartidarismo e então a futura oposição, seja ela qual for, terá que ter garantias constitucionais de sobrevivência.

RENAMO VÊ A CATÁSTROFE ANGOLANA

SJ — Irá a Renamo, quer como poder quer como oposição, tentar clarificar factos pouco claros como o desaparecimento de certas individualidades políticas, e estamos a referir-nos a Joana Simião e Urias Simango, ou limitar-se-á a virar a página?

A.T. — A Renamo segue hoje uma política de reconciliação e evita, a todo o custo, que se abram novas chagas. A guerra civil durou cerca de 16 anos e provocou inúmeras mazelas. Todavia, é muito bem possível que no futuro se faça a história dessa guerra civil, onde num Museu se encontrarão arquivos desses momentos e espero que os historiadores consigam estabelecer várias verdades que actualmente não se conhecem.

SJ — Mas há o caso de Lutero Simango que Renamo reafirma a vontade de descobrir a verdade dos percursos de seu pai.

A.T. — Bem, a autoridade dessa resposta depende da Renamo. Eu apenas comento como historiador da situação e julgo que a Renamo dará simplesmente prioridade à situação do País, projecto este que será muito difícil e que ocupará todos os efectivos disponíveis. Óbvio que surgirão indivíduos a clamar justiça e parte da Justiça desvendarem-se as verdades e até é possível que surjam processos criminais. Todavia, penso que o futuro governo, seja ele qual for, preocupar-se-á muito mais com tarefas mais prementes e não fará muito sentido desencadear agora uma guerra logo após as eleições.

Não há hoje lugar para justizações tipo Tribunal de Nuremberga. A Renamo tem mostrado grande responsabilidade nacional porque vê os perigos, vê a catástrofe angolana, enfim... Existe realmente, apesar de todas as limitações — falta de uma educação formal — um empenhamento muito sólido da Renamo para se tentar democracia em África.

SJ — Não acha utopia defender a sua «dama» (social-democrata que é) neste momento aqui em África. Lembre-se de Portugal: o próprio Marcelo Caetano caiu quando quis moderar a ditadura... Não acha esta social-democracia, preconizada pela Renamo e por alguns elementos da Frelimo, é um pouco «avant la lettre»?

A.T. — Vai decerto haver problemas. Contudo, respondo-lhe desta maneira: em 1983, o presidente Dlakham diria numa entrevista qualquer coisa como isto — se era verdade que a democracia multipartidária, a economia liberal e social liberal eram considerados os melhores modelos do Mundo Livre, isto é os sistemas com maior sucesso, se assim era, por que razão o africano negro não poderia ter acesso a esses sistemas?»

E acrescento, agora: será que há ainda um racismo mundial forte em que o 1.º mundo não quer apoiar o 3.º mundo e que no 3.º mundo as pessoas ficariam condenadas a uma ditadura, isto no domínio político?

A vitalidade de um sistema multipartidário de economia livre, mas socialmente responsável, está sempre débil num país muito pobre. Já se escreveu muito sobre isto, só que o facto é que outros modelos praticados no Continente Africano, tipo modelo socialista, modelo



O PROF. ANDREAS THOMASAUSEN NASCEU NA ALEMANHA, CRESCER E ESTUDOU EM PORTUGAL E POSSUI UMA FOTOGRAFIA DO PROF. OLIVEIRA SALAZAR NO SEU GABINETE DE TRABALHO

de ditadura tipo Zaire, modelo sul-africano de apartheid, mostraram-se um fracasso. Então, bom, é de se tentarem outras vias e possivelmente através da liberdade política e económica se possa revitalizar as forças produtivas para que as sociedades africanas progredam.

A IMPORTÂNCIA FENOMENAL DO FACTO RELIGIOSO

SJ — A Igreja e a sua instrumentalização passou por momentos muito difíceis em Moçambique. Hoje vêem-se colírios na cabeça de muita gente. Sabe-se que a Igreja sempre tentou uma conciliação entre a Frelimo e a Renamo e chegou-se mesmo a sublinhar um comprometimento sério entre a Igreja e a Renamo.

A.T. — Sem dúvida que a Frelimo teve muito má consciência, perseguindo activamente os instrumentos religiosos, queimando igrejas, chegando a ir às aldeias recolher as Bíblias, queimando-as inclusivamente. Tiveram o desprazer de obrigarem os camponeses a fazerem sopa das suas Bíblias e a comerem-na.

A Renamo teve sempre uma posição clara e simples. Não possui preferências religiosas e apoia incondicionalmente a liberdade religiosa, permitindo a actuação de todas as instituições religiosas no seio das diversas comunidades. A escolha é da responsabilidade de cada um.

É preciso retermos que os países africanos são todos muito heterogêneos, vários povos, várias religiões e suprimindo-se essa imagem complexa, claro que só resultará em conflitos de difícil solução no Continente.

SJ — Recuemos até 1922. Brandão, numa das suas obras, arroja-se a dizer que «deus envelhece — o homem, esse, avança». No fundo, aqui mais do que uma visão ateísta, há um débito no crédito da crença. Não é isto que se vive hoje no Continente Africano?

A.T. — De modo algum. O facto religioso na vida dos homens, em qualquer ponto do Mundo, deve ser das coisas mais importantes e fenomenais que existe. A Igreja continua a desempenhar um papel único nas sociedades humanas.

Numa das viagens que realizei ao interior de Moçambique, encontrava-se no mesmo meio de transporte um missionário que leva-

va consigo Bíblias. Estávamos em 1990 e decerto que quando aterrássemos seríamos afogados por cerca de sete a oito mil crianças famintas. Algumas pessoas praticamente a morrer à fome, em vez de verem chegar comida, viriam um missionário com Bíblias. Aquilo espantou-me e questionando o missionário sobre o dilema, o mesmo dir-me-ia que, na impossibilidade de lhes fazer chegar mantimentos, pelo menos estava a dar-lhes a possibilidade de possuírem a Palavra do Senhor, o que lhes permitiria morrer em paz. E olhe que bem reparei no poder dessa Palavra, dessa mensagem, afinal a única coisa que restava e resta à condição humana.

Os missionários eram os únicos capazes de apaziguar as sociedades do interior — há 15 e 16 anos sem escolas, luz, assistência médica — e dar-lhes a força de não caírem num barbarismo total.

IDEOLOGIAS E NACIONALIDADE

SJ — Politicamente, temos de um lado a Renamo que se manifesta com tendências sociais-democratas. Do outro lado está, em plena hora de mudança, a Frelimo a assumir também predicados da social-democracia. Haverá espaço no País para duas sociais-democracias?

A.T. — Sim, haverá espaço para muitas ideias. A Frelimo vive um processo complexo, muito difícil de transformação, isto é a passagem de um sistema de planificação centralizada para um sistema mais liberal, mais democrático, que depende mais da contribuição de pessoas num profundo trabalho de conjunto. Uma vez perdida a ideologia marxista-leninista — penso que hoje, em Moçambique, muito poucos acreditam ainda nessas utopias e esses poucos encontram-se ainda nas fileiras da Frelimo —, os restantes transformaram-se em técnicos do poder e, infelizmente, também em técnicos da sobrevivência pessoal, isto é, técnicos de manutenção dos privilégios económicos que ainda possuem.

SJ — Está a referir-se às grandes negociações...

A.T. — Sim. As leis ainda socialistas estão a ser agora destinadas e utilizadas, pura e simplesmente, como garantia de vencimento e lucro pessoal. Todo o sistema de licenciamento e de concessões está viciado. Nada se consegue fazer. Na prática, isto significa a garantia de vencimento pessoal dos que possuem carimbos e autoridade para passar licenças e dar concessões.

SJ — A Renamo vai combater as recentes teorias tornadas públicas sobre a legitimidade da nacionalidade relacionada com a cor?

A.T. — É um critério não objectivo. E a nacionalidade deve definir-se sempre em termos objectivos. Caso contrário, estar-se-iam a defender princípios racionais primários, bárbaros ao pugnar-se pela cor da pele como factor determinante e único, não se considerando aspectos como o nascimento, descendência e até mesmo casos de acto voluntário de alguém que quer naturalizar-se moçambicano.

ESTABILIZAÇÃO DA ÁFRICA AUSTRAL: CRISE ECONÓMICA EUROPEIA TEM A VER COM A FALTA DE MERCADOS COM PODER DE COMPRA

SJ — Não convem de todo ao Mundo uma África do Sul forte nem uma África Austral estável. Nem esta como está, nem outra bem melhor. Repare-se nos dissabores da Administração Clinton na Somália, relações com a CEE, Japão, o caso Fidel, o crédito da ONU...

A.T. — Em primeiro lugar, os Estados Uni-

(cont. na pag. seguinte)



«AS GRANDES POTÊNCIAS ECONÓMICAS FALHARAM PORQUE IMPUSERAM A SUA MANEIRA DE RACIONAR E DE COMPREENSÃO DAS COISAS, RECUSANDO RESPEITAR QUE ÁFRICA É UM CONTINENTE QUE TEM UMA HISTÓRIA, MUITO EMBORA NÃO SEJA HISTÓRIA ESCRITA, TEM LINGUA E CULTURA. TALVEZ A GRANDE FALHA TENHA SIDO A FALTA DE RESPEITO E DE CONSIDERAÇÃO PELOS POVOS AFRICANOS.»

Transformação de Estados revolucionários em Estados de direito

(cont. da pag. anterior)

dos estão muito virados para si próprios. O próprio presidente Clinton, no discurso realizado por altura do seu primeiro aniversário como presidente, dos trinta minutos que falou dedicou pouco mais de dois minutos a assuntos internacionais.

Apesar de potência única, os Estados Unidos não vão querer exercer esse seu estatuto. Por acaso, surgem acidentalmente envolvidos directamente em papéis internacionais, caso da Somália. No entanto, têm tentado não intervir no caso da ex-Jugoslávia.

Vão existindo grandes interesses económicos mundiais que defendem e sustentam essa tese e, assim, uma Angola fraca é muito mais conveniente, já que terá que vender o petróleo e restantes matérias-primas a um preço muito barato. Esses interesses defendem, claramente, predicados de instabilidade aqui na região.

Todavia, vai sempre prevalecer a análise política dos custos e os custos de uma região em conflito permanente são sempre muito mais elevados, o que anula o possível proveito da matéria-prima a preço baixo. Observe-se o custo da operação das Nações Unidas em Moçambique, que é já enorme.

A comunidade internacional procura mercados porque a crise económica europeia tem muito a ver com a falta de mercados com poder de compra. Assim, há que estabilizar as regiões em conflito para que o desenvolvimento económico surja e se criem novos mercados. Qualquer teoria de conspiração política internacional para manter esta zona em conflito permanente aborta logo à nascença.

SJ — Precisa-se, então, de outra África no Mundo...

A.T. — Sim, necessita-se de estabilidade, de desenvolvimento e mesmo que apareçam por aí alguns cinicos, a adiantarem que o melhor que poderá acontecer ao Continente é que nos próximos vinte anos perderá metade da sua população, devido à fome e a doenças, as pessoas com inteligência vêem que tal não é possível. O resto do mundo não vai assistir, passivamente, à destruição lenta e dolorosa do Continente.

EXCESSOS DE EUFORIA PÓS-ELEITORAL PODEM LEVAR A ÁFRICA DO SUL A UMA DITADURA TIPO CHILE

SJ — Estamos na África do Sul. No fundo, apesar das conturbações, o processo acaba por ser muito mais claro.

A.T. — Sim, sim, estão já definidos os parâmetros. Optou a África do Sul por uma democratização completamente controlada, minimizando-se o risco político, já que, independentemente dos resultados das eleições de Abril, as duas principais nuances sociais, a europeia e a negra, participarão na distribuição das riquezas e privilégios políticos. Com isto, garantiu-se a sobrevivência das elites de ambos os grupos. Resta agora controlar as frustrações e angústias dos grupos mais pequenos mas com dimensão que ficaram de fora neste entendimento, que são os zulus e os conservadores brancos.

SJ — Prevê, por motivos de conveniência, a instauração de um estado revolucionário na África do Sul?

A.T. — Não, penso que não. Haverá alguns do PAC e da extrema-direita branca que pretenderão isso, mas a acontecer seria uma política de perfeito suicídio. Este País possui todas as potencialidades para morrer num banho de sangue medonho e qualquer política de desestabilização seria um autêntico holocausto.

SJ — Não se prevê um Chile aqui na

África do Sul?

A.T. — Infelizmente, essa possibilidade ainda existe, mas penso que tal não irá suceder. Essa possibilidade poder-se-á actualizar depois das eleições, quando em pleno ambiente de festa, nesse ambiente de multidões em delírio nas ruas, com muita facilidade se provocarão excessos, e se tais actos forem sérios e graves poderão provocar a reacção da direita e das Forças Armadas, que decerto resultará num processo irreversível, culminando, aí sim, numa ditadura tipo Chile.

SJ — Mas a questão dos povos zulu e afrikaner está ainda muito difusa...

A.T. — Sim, continua muito complicada. Só que penso que não existe um número suficiente de brancos preparados para morrer por essa causa.

Penso que, no caso dos zulus, não haverá meios e infraestruturas, logística, etc., para serem capazes de funcionar as emoções de guerra que existem...

SJ — Mas há um rei...

A.T. — Sim, mas um rei sem aviões, sem tanques, sem meios de transporte, que muito pouco poderá fazer.

SJ — Já no caso dos afrikaners o caso é inverso. Não há rei mas têm o resto. As Forças de Defesa estão muito comprometidas com a causa afrikaner e o ANC por várias vezes tem denunciado esse comprometimento.

A.T. — Sim, contudo parece-me que ultimamente o acordo de cooperação entre as cúpulas do Governo e o ANC está a estender-se às cúpulas dos aparelhos de Segurança. Parece que os oficiais sul-afrikanos fizeram a paz com a opção da... paz.

HOUVE FALTA DE PACIÊNCIA E DE RESPEITO DAS NAÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS POVOS AFRICANOS SEM HISTÓRIA ESCRITA MAS COM LINGUA E CULTURA

SJ — O que terá falhado no então colonialismo europeu e o que está a falhar neste neo-colonialismo?

A.T. — Há hoje uma enorme dúvida mundial sobre os últimos 40 a 50 anos. Pode dizer-se, com segurança, que falhou a capacidade de criação, nas colónias, de uma liderança indígena capaz, que poderia ter assumido a tempo a responsabilidade política, económica e social dos países colonizados. No neocolonialismo o que talvez mais genericamente terá falhado foi, sem dúvida, a falta de respeito e paciência das nações desenvolvidas para com as ex-colónias. Respeito no sentido de que as grandes potências económicas nunca se dispuseram a tentar compreender a maneira de pensar e de ver as coisas da nova elite africana que começava a aparecer. Antes, porém, impuseram a sua maneira de raciocinar e a compreensão das coisas, recusando respeitar que África é um continente que tem história, muito embora não seja história escrita, tem língua e tem cultura. Talvez tenha sido essa grande falha e a falta de respeito e consideração pelos povos africanos.

SJ — Estão a cometer-se precisamente os mesmos erros nesta nova fórmula de colonialismo que nos vai chegando ao Continente...

A.T. — Bom, continua a existir uma exploração económica, a dita exploração económica continua a ser muito instrumental e utilitária. Desta forma, a exploração continua, e só o reforçar das lideranças africanas poderá corrigir tais comportamentos. Só com governos legítimos que possuam, realmente, apoio do povo, e não meras elites que manipulam o poder, é que se poderá inverter esta situação. Através

desse poder legítimo, é natural tentar-se então um novo balanço de interesses.

TRANSFORMAR ESTADOS REVOLUCIONÁRIOS EM ESTADOS DE DIREITO

SJ — Como jurista, pode dizer-nos como transformar estes Estados africanos revolucionários em Estados de direito?

A.T. — É um processo que vai demorar muito tempo. Será necessário encontrar uma estabilidade forte de um período de, pelo menos, dez anos no domínio político, económico e social. No entanto, deve-se-á encontrar primeiro uma estabilidade política, já que sem ela não existe reconstrução económica. Só através da criação de uma nova mentalidade, do respeito pelo indivíduo e pela vida humana é que se poderá avançar para uma forma mais capaz de desenvolvimento do indivíduo em si.

SJ — Onde o factor cultural se assume como vital...

A.T. — Absolutamente. É através da cultura e da educação que se consegue evitar que uma sociedade caia no barbarismo duma Libéria ou até da Somália. É precisamente por esta área que deveria começar a cooperação dos países mais desenvolvidos.

SJ — Será realmente o federalismo a melhor proposta para a África do Sul?

A.T. — Terá que haver, necessariamente, uma diferenciação, terão que estar garantidos um pluralismo cultural e regional. Se se irá chamar a este novo molde federalismo, isso já é um problema de teor técnico.

Sublinho, há que garantir esse direito de liberdade. Os zulus terão que ter o plano direito de viverem e falarem a sua língua e cultura, o mesmo sucedendo com os afrikaners, assim como os portugueses deverão manter a sua escola e o seu respeito. Caso contrário, esses povos não se sentirão felizes e à vontade do novo Estado que irá surgir. O facto é que existem muitas saídas constitucionais para se conseguir esse objectivo. Os rótulos pouco significam.

MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL EM TONS DE AZUL DE ESPERANÇA

SJ — No final desta entrevista, propomos-lhe, Professor, que agarre num pincel, escolha as cores e pinte esta África Austral.

A.T. — Bem, é difícil, muito difícil. Daria a cor azul a Moçambique, decerto algo de bom surgirá em Moçambique. Além do mais, é também um povo do mar. Entregaria o verde à Zâmbia e um verde azulado ao Maláwi.

SJ — Não há esperança na Zâmbia e no Maláwi...

A.T. — Claro que há. O verde, afinal, é também um símbolo de esperança, é a cor da natureza que está em bom estado, próspera. Pintarei de laranja o Zimbábue, que demonstra sinais de perigo de colapso económico e político, já que o País não conseguiu formular processos para o rejuvenescimento periódico da legitimidade dos seus líderes e controlar as mais diversas actuações políticas em termos de Estado de direito. Darei a cor vermelha a Angola, que se encontra numa guerra onde não se vê saída, e o amarelo à Namíbia, um país do deserto, que tem sido estável.

SJ — Curiosamente, visto como um exemplo de descolonização...

A.T. — Bem, a Namíbia é um caso ímpar, desempenhando um papel muito pouco activo. Com uma densidade populacional muito reduzida, os conflitos tornam-se mesmo pequenos, precisamente pela falta de dimensão. Assim, vão-se conseguindo controlar, desde que os restantes países vizinhos se mantenham es-

táveis, salvaguardando desta forma uma prosperidade que será sempre aproveitada pela Namíbia.

Ao Botswana dou-lhe um castanho cor da terra, por ser um país estável que conseguiu inclusive ter um Produto Nacional Bruto superior ao da África do Sul.

SJ — Teremos que considerar, aqui, o papel primordial de Quet Masire, que sempre teve um comportamento impecável junto dos países da Linha da Frente.

A.T. — Sim, o Botswana teve sorte, é só um povo, tem poucas divisões étnicas. Existem, portanto, poucas divisões de interesses. No entanto, o presidente Masire tomou a sério o empenho de continuar rigorosamente dentro dos parâmetros de um Estado de direito em que há uma justiça independente e onde o cidadão comum vê os seus interesses mais do que protegidos e respeitados. Não nego alguns abusos pontuais. No entanto, o País conseguiu crescer e fazer crescer um sentimento de boa governação e de justiça.

A África do Sul, entrego-lhe um azul claro, porque afinal tudo está ainda um pouco indefinido. Não sabemos se a África do Sul vai conseguir cumprir com as promessas e, sobretudo, cumprir as grandes expectativas que toda a região nela deposita, como polo estabilizador e ponto de partida para o grande desenvolvimento de toda a região.

SJ — Curiosamente, a cor branca ficou de fora.

A.T. — E a preta também. Tanto uma como outra são cores indefinidas. Depois não há países inocentes. No entanto, vou aventurarme a dou a cor branca à Tanzânia, um país um tanto ou quanto indefinido que não tem jogado um papel muito activo. No entanto, até tem potencial para o ser.

SJ — Professor, é por demais sabida a sua defesa acérrima dos valores da língua e cultura portuguesa nesta região. Pura paixão?

A.T. — Sim. Embora durante muitos anos não tenha podido trabalhar diariamente nesta língua, para mim continua a ser uma língua muito preciosa, uma parte da cultura humana muito preciosa.

Sinto-me muito feliz porque, em recente entrevista sobre a língua e cultura portuguesa à revista Tempo, o presidente Dlakhamla declarou-se sem a menor ambiguidade a favor da presença da língua portuguesa em Moçambique e também se mostrou favorável a uma cooperação dos países de expressão portuguesa para que o Português possa viver nesses países e não desapareça.

SJ — Agostinho da Silva, o maior filósofo português da actualidade, argumenta que a validade da língua e cultura portuguesa está dependente daquilo que de importante terão os portugueses para oferecer ao mundo como o já souberam fazer em séculos anteriores...

A.T. — Vivemos num mundo em que existem línguas de expressão técnica, por conveniência o inglês, disso ninguém duvida. Pelo mundo inteiro, dentro das suas áreas profissionais, as pessoas são obrigadas a dominar o inglês, mas isso não significará o desaparecimento de várias culturas dos vários povos que se exprimem nas suas línguas.

No regresso de Pretória a Joanesburgo, ficava a firme certeza de se ter estado perante um dos mentores da ainda precoce social-democracia africana, até porque, parafaseando-se a sua alma, «precisa-se de outra África no Mundo», que de modo algum poderá ser a do Zaire, da Somália ou da Libéria.